

Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português¹

Regina Helena Pires de Brito² e Moisés de Lemos Martins³

Comumente, o termo “Lusofonia” refere-se ao sistema de comunicação lingüístico-cultural da língua portuguesa e das suas variedades. E compreende não só os países que adotam esta língua seja como língua materna, seja como língua oficial, seja ainda como língua de uso, mas também as muitas comunidades que constituem a “diáspora lusófona”. Abstraído, no entanto, da sugestão idealista, que podemos associar ao conceito de lusofonia, a questão que nos colocamos é a seguinte: como entender o papel da lusofonia no contexto atual dos distintos espaços onde se fala o português? O nosso estudo aponta, preliminarmente, considerações em torno do conceito de lusofonia. Em seguida, recupera dados históricos concernentes ao processo de introdução e desenvolvimento da língua portuguesa em Moçambique e Timor-Leste. Por fim, apresenta aspectos descritivos da situação do português falado atualmente nesses países e das influências recebidas no convívio com as diversas línguas maternas e locais.

Considerações iniciais

“[...] não há razão para não sonhar a sério – mesmo com os perigos de delírio que comporta – uma comunidade de raiz lingüísticamente portuguesa [...], sonhá-la a sério significa não ser o único sonhador dela e saber que os outros não a sonham como nós”.

(Eduardo Lourenço, 1999: 165)

É conhecida a ideia de que a lusofonia surge com a primeira globalização, a de um mundo unido pela aventura dos descobrimentos marítimos portugueses e pela conseqüente difusão de sua língua e cultura. De fato, percorrer o mundo, apesar das diversidades e especificidades sócio-econômico-culturais de cada comunidade, significa, via de regra,

depararmo-nos com sons, cores e sabores vários da língua portuguesa.

A nossa estadia em Timor-Leste, primeiro, em 2001, e mais recentemente, em 2003, permitiu-nos vivenciar momentos particularmente significativos da aventura lusófona na contemporaneidade. No encontro com portugueses, moçambicanos, angolanos, brasileiros e timorenses, uma multiplicidade de discursos e de vozes – aparentemente em harmonia – erguiam-se e entrecruzavam-se na nova nação, delineando identidades várias num universo polifacetado, que a todos unia. Por todo o lado se ouvia dos timorenses declarações de apego à língua portuguesa. E não foi casualidade a decisão do Congresso do Conselho Nacional de Resistência Timorense, que em 29 de Agosto de 2000 declarou o português língua oficial de Timor Loro Sae. Retomamos as palavras que Xanana Gusmão então proferiu: “Tendo em mente a nossa história, nós devemos fortalecer a nossa língua materna, o tétum, disseminar e aperfeiçoar o domínio da língua portuguesa e manter o ensino da língua Indonésia”.

Em Maputo, no ano de 2002, durante o *V LUSOCOM*, participámos de uma série de debates envolvendo a problemática das línguas faladas em Moçambique. Neste outro cenário tem-se discutido o papel das línguas autóctones na comunidade lusófona. É o que faz, por exemplo, Liphola (2002:1): “sabendo-se que a comunicação desempenha um papel fundamental na transformação da comunidade lusófona, a realidade lingüística de Moçambique obriga-nos a fazer a seguinte pergunta: a comunicação em que língua?” Por sua vez, Lopes (2002: 1-5) destaca o desenvolvimento e a necessidade do estudo do Português Moçambicano, “cuja moçambicanidade torna esta variedade distinta da variedade do Português na sua dimensão europeia”. E Firmino (2002: 304), entrando no debate sobre o reconhecimento dos papéis que as línguas locais e o Português

assumem como consequência da sua incorporação nas atividades sociais moçambicanas, assinala: “o Português e as línguas autóctones associam-se para executar tarefas no contexto dos sistemas retóricos, indiciais e ideológicos configurados pela natureza das relações sociais que caracterizam a sociedade contemporânea moçambicana”.

É, pois, num contexto geograficamente disperso, naturalmente multicultural, de sistemas lingüísticos vários e de diferentes normas do português, que é possível pensar a língua e a identidade lusófonas. A lusofonia encontra legitimação somente quando a entendemos múltipla e quando nela distintas vozes são reconhecidas e respeitadas.

A língua adormecida— o português em Timor-Leste

[...]

Cresceu a valentia

Do povo e da guerrilha

Evanescente nas brumas da montanha

Timor cercado por um muro de silêncio”.

(“Tão grande dor”, de Sophia de Mello Breyner)

Meia ilha de colonização lusitana, situada entre o sudoeste asiático e o Pacífico sul, a 500 km da Austrália, Timor-Leste foi colônia portuguesa desde o século XVI, esteve ocupada pelo Japão durante três anos, na altura da Segunda Guerra Mundial, foi palco da invasão indonésia, de 1975 a 1999, e explorada pelos australianos.

Timor-Leste acaba de sair de um longo período em que falar português poderia significar a morte. Nesse contexto, se no novo país tudo está em reconstrução - das casas à identidade do povo, da organização da Nação ao papel de cidadão - a reintrodução da língua portuguesa reveste-se do sentido fundamental de resgate de valores sócio-culturais. Como é acentuado por Xanana Gusmão,

“A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par

com a língua nacional, o tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional”.⁴

Durante duas décadas e meia, com reduzidas oportunidades para empregar a fala, a leitura e a escrita da língua portuguesa, o povo resistiu em defesa de seu território e de sua liberdade - são conhecidas as referências ao uso do português como língua de resistência. Os timorenses, no entanto, sabem que não poderão se desenvolver de forma democrática com 90% da população iletrada, como afirmou um alfabetizador do Suco Lahane Oriental: “Os timorenses querem manter viva a sua fé que durante vinte e quatro anos de ocupação é um dos principais instrumentos de resistência, juntamente com a língua portuguesa”.

As dezenas de línguas originais do país pertencem à família das línguas austronésias (ou malaio-polinésicas), ou à família das línguas papuas (ou indo-pacíficas), diversidade lingüística que se explica principalmente pelo fato de Timor ter sido parte de rotas de migrações várias. Como língua integradora dessas línguas, fala-se o tétum, reconhecido oficialmente como língua nacional a partir de outubro de 1981. Essa língua apresenta-se de duas formas: como língua materna de algumas regiões e como forma veicular na generalidade do território. No entanto, antes mesmo da chegada dos portugueses, o tétum já era a língua franca, pois era falada pela tribo dos beloneses, a mais poderosa da região. Mais tarde, a adoção do tétum como língua oficial da Igreja Católica de Timor foi em parte responsável por sua rápida propagação, adoção e efetiva utilização pelos timorenses.

É importante lembrar que foi o próprio modelo de colonização portuguesa, com a miscigenação do colonizador e do colonizado e a conversão deste último ao catolicismo, que contribuiu para a incorporação de estruturas sintáticas e de elementos lexicais portugueses pelas línguas locais. É evidente

que a administração colonial privilegiava o português como língua de instrução, ensinada nas escolas, veiculando conteúdos da cultura lusa, e empregando-a na modalidade escrita, em atividades ditas culturais ou administrativas. Por outro lado, em termos de comunicação espacial e entre pessoas de línguas maternas diferentes, o tétum era usado nas situações cotidianas. De modo geral, portanto, antes dos acontecimentos de 1974-75, a situação lingüística apresentava-se em três níveis: (1) o das *línguas locais*, como o bunak, o kemak, o galole, etc., utilizados como veículos de comunicação nas diversas localidades; (2) o da *língua veicular*, o tétum, funcionando como elemento de integração e conhecido como “tétum praka”, variante do “tétum terik”, uma língua gramaticalmente simplificada e mesclada com elementos do português; (3) o da *língua administrativa*, o português, que era a única língua normalmente escrita, e que exercia também uma função integradora, no tocante às elites, ou seja, à camada dirigente e ao meio letrado (cf. Thomaz, 2002: 140-4).

Diversamente do que ocorreu em muitos países na época de descolonização, Timor-Leste tinha, em 1975, uma certa unidade lingüística, garantida, como vimos, pelo uso do tétum. Além disso, apesar de criticar o colonialismo salazarista, tanto a Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) quanto a Apodeti (favorável à anexação pela Indonésia) continuaram “a valorizar a língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional” (Hull⁵: 2001: 37).

Durante o domínio indonésio, Timor-Leste sofreu brutal repressão, com tortura e assassinatos, além da exploração, com trabalho escravo e semi-escravo, tendo sido mortos cerca de 300 mil timorenses. Com a aplicação da política de “destimorização”, iniciou-se a implantação de um novo modelo lingüístico, que se traduziu na imposição da bahasa indonésia (variante do malaio) como língua do ensino e da administração, na minimização do uso do tétum e na perseguição sumária da língua portuguesa.

Como resultado, atualmente, em termos lingüísticos, o país se apresenta como um complexo mosaico: além do tétum e das dezenas de outras línguas locais, os

timorenses falam a bahasa indonésia e procuram se expressar em inglês e português. Estimativas⁶ apontam que as crianças em fase pré-escolar falam tétum (repleto de palavras do português), os adolescentes e adultos jovens utilizam-se do malaio e a geração com mais de 40 anos fala (ou traz na memória) o português; complementarmente, as pesquisas revelam que o português é falado por 20% da população de 800 mil habitantes. Segundo dados da ONU⁷, 70% da população de Timor-Leste é analfabeta e apenas cerca de 15% da população fala o português, conforme atesta Thomaz (2002: 90): “Se aos alfabetizados que falam, lêem e escrevem o português juntarmos os analfabetos que melhor ou pior o falam, obteremos, quando muito, uma percentagem de 15 a 20% da população total”.

Embora o tétum seja a língua de comunicação cotidiana dos timorenses, em algumas localidades, como em Cova Lima (quase fronteira com a Indonésia, onde se fala também o bunak), parece-nos que a bahasa indonésia funciona com maior intensidade como língua veicular, conforme breve inquérito aleatório que realizámos *in loco*: de 30 timorenses, com idade entre 20 e 35 anos, 6 sabem se expressar (ainda que precariamente) em português, 11 em inglês, 28 em bahasa indonésia e 19 em tétum. Outros exemplos do uso concomitante de diferentes línguas: em *Ainaro*⁸, onde se fala o nogo-nogo e o mambae – língua que pertence à mesma família do tétum e é utilizada em especial pelos mais idosos e somente em situação familiar; em *Baucau*, temos o uaimaa e o makassai; em *Lautem*, fala-se o falatuko, o makalere e o dagada; em *Bobonaro*, há o bunak e o kemak; em *Manatuto*, fala-se o galole; em *Viqueque*, aparece o naioti, o mediki e o oso-moko; no *Oe-Cusse*, temos o baikenu; e assim por diante.

De modo geral, o português⁹ aparece, na modalidade oral, truncado, reticente, praticamente construído em uma base lexical, ou seja, os usuários parecem “traduzir” diretamente palavras e categorias do tétum para as possíveis correspondentes portuguesas, sem preocupação com uma sistematização da estrutura morfossintática.

No *plano fonético*, verifica-se dificuldade na articulação de alguns fonemas específicos do português, revelando interferência

do substrato lingüístico local. As confusões mais recorrentes dão-se quanto aos fonemas do português que não encontram oposição fonológica no sistema do tétum ou em outra língua nacional (confusão de /p/, /f/ e /b/, redução das sibilantes e chiantes (/s/, /z/, /ʃ/ e /ʒ/). No tocante à escrita, os textos recolhidos revelam problemas ortográficos, em geral decorrentes de questões relativas à oralidade.

No *plano morfológico*, notámos dificuldades na declinação dos pronomes, na conjugação verbal e na flexão nominal (designadamente a omissão da marca de plural) – aspectos praticamente inexistentes no tétum, nas demais línguas locais ou na bahasa indonésia.

No *plano sintático*, são comuns as propriedades ligadas à sintaxe de regência, à ordenação frástica, à concordância (também em decorrência de ser categoria inexistente nas demais línguas de Timor), além da substituição do infinitivo pelo presente em formas perifrásticas (como *pode fala*, por “pode falar”).

No *plano semântico*, são perceptíveis problemas ligados ao desconhecimento dos significados (o que se deve a um domínio vocabular restrito) e à dificuldade de construção de seqüências coerentes.

Apesar dessa exposição fragmentada e incipiente que apresentamos da variante do português em Timor-Leste, convém lembrar que uma língua vai além do aspecto gramatical acima referido. Na verdade, o fenômeno lingüístico integra-se na prática social, na dinâmica cotidiana e nas necessidades discursivas da comunidade que partilha uma mesma realidade.

Fazer projeções acerca do destino do português em Timor-Leste está na dependência direta dos caminhos políticos a serem efetivamente percorridos pela nova nação. Todavia, se Timor Leste mantiver uma relação política privilegiada com Portugal, pode-se vislumbrar que o português reencontrará o seu espaço como língua de cultura. Geoffrey Hull (200: 39) assinalo-o bem, nos seguintes termos:

“Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memó-

ria tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional”.

O português em/de Moçambique

“Após a independência [nos países que constituem os PALOP] o português, língua do colonizador, é escolhido como língua oficial pelos governos que assumiram o poder. Entre as razões que motivaram esta escolha, destaca-se o papel de ‘língua de unidade nacional’, que o português pode desempenhar, além de funcionar como língua de comunicação internacional” (Gonçalves, 1996: 81).

Na prática, falar sobre o português em Moçambique significa falar de uma minoria escolarizada e habitante dos centros urbanos, apesar de a língua portuguesa ter o estatuto de língua oficial, sendo utilizada como meio de instrução e de comunicação pública nacional. Dados do Instituto Nacional de Educação (1999) apontam que apenas 8,7% de moçambicanos em idade superior a 5 anos falam português como língua materna e que quase a totalidade dos falantes adultos, cujas línguas maternas pertencem ao grupo bantu, utilizam o português como segunda língua – o que significa o seu contato constante com outras variedades lingüísticas. Esta situação do português relaciona-se com a administração do território na época colonial. Até à segunda metade do século XVIII, a governação de Moçambique era feita através da Índia, sendo que a presença portuguesa só ocorre a partir de 1918, iniciando-se então, de fato, a difusão do português na região. O final dos anos 30, com o Estado Novo em Portugal, marca o início de um período de desenvolvimento econômico e da forte emigração portuguesa para Moçambique. E em consequência, a força da língua portuguesa se intensifica.

Durante o período pré-independência, a população de Moçambique aprendia portu-

guês, motivada, essencialmente, pelo estatuto hegemônico que esta mantinha nos sistemas de produção e reprodução colonial, tanto ao nível sócio-cultural e ideológico, como ao nível econômico. Neste sentido, a assimilação e o conhecimento do português pelos africanos constituía um factor mobilidade social.

Quando em 1962 se inicia a luta armada contra a metrópole, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) escolhe o português como língua de comunicação entre os moçambicanos de todas origens envolvidos na ação. Na verdade, o português era a única língua que poderia nivelar as diferenças lingüísticas, propiciar uma certa unidade no próprio movimento, além, é claro, de ajudar a conhecer o opositor comum. Será, portanto, o português a língua dos dois lados da luta: do poder da metrópole e da resistência da colônia. Apesar disso, vale a pena destacar, conforme salienta Ganhão (1979, *apud*-Gonçalves, 1996:16), que, no início,

“a grande maioria dos homens (...) não dominava nem utilizava a língua portuguesa como meio de comunicação. (...) Usavam na sua maioria o inglês e o suaíli, que tinham sido as línguas em que se formaram politicamente e profissionalmente. Durante os primeiros anos da Frelimo essas línguas surgem com frequência decrescente na comunicação interna da Frelimo. É certo que não surgiu nenhuma resolução do 1º Congresso sobre a língua, mas foi unânime e tacitamente aceite que os documentos do Congresso fossem redigidos em Português porque, no meio da diferença, era aquela que encontrou denominadores comuns em todos”.

Com a independência, o português foi naturalmente escolhido como língua oficial, pois, além de permitir a comunicação internacional, funcionava, segundo o discurso oficial, como língua de unidade nacional. E a decisão não poderia ter sido diferente, tendo essa escolha constituído uma consequência previsível, se atendermos à estrutura da sociedade moçambicana, designadamente, “o tipo de diversidade lingüística prevalente

no país, as premissas ideológicas relacionadas com o tipo de sociedade concebida para o país, bem como a necessidade de cooptar as elites na estrutura do poder e nas instituições burocráticas do país” (Firmino, 2001: 232).

A despeito de ser a língua da escola, da informação escrita e de ascensão social, a condição de difusão do português é permeada por dificuldades, uma vez que a sua disseminação é um processo basicamente escolar, pois é ensinada num meio em que é pouco falada, e os alunos não têm outro espaço que não a sala de aula para a praticarem, com a agravante de ser limitado o desempenho lingüístico do professor (cf. Gonçalves, 1996:16-18).

Ao mesmo tempo em que o português, tornando-se língua de prestígio e recebendo influências das línguas locais, caminha para a constituição de uma norma do português moçambicano, é crescente a preocupação com as línguas autóctones. Em 1983, por exemplo, a Secretaria de Estado da Cultura lançou um documento em que considera

“necessário promover o uso das línguas nacionais, uma vez que a política lingüística deve refletir a identidade moçambicana. (...) chama a atenção para o fato de o português não ser reconhecido pela maioria da população, não podendo ser considerado uma língua moçambicana” (*apud* Gonçalves, 1996:31).

De todo modo, é preciso considerar que em Moçambique, diferentemente do que ocorre em muitos países africanos,

“a situação da língua portuguesa não é a de herança incômoda com carácter provisório enquanto se não encontra uma língua genuinamente africana. (...) É um projeto que visa anular todas as consequências da arbitrariedade do traçado geográfico do País, dar-lhe uma identidade nacional e uma consciência cultural, através do povo que nele habita” (Rosário, 1982: 64-5).

De fato, a diversidade etnolingüística que caracteriza o atual espaço social moçambicano precisa considerar o uso das

diferentes línguas (sejam línguas autóctones, seja o português, sejam ainda línguas estrangeiras, como o inglês), que os indivíduos praticam nas variadas situações de interação comunicativa. Como refere Firmino (2001: 304), “é importante reconhecer os papéis que o Português e as línguas autóctones assumem como consequência da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes em Moçambique”. Este reconhecimento é fundamental, uma vez que não há em Moçambique, contrariamente ao que pudemos verificar em Timor-Leste, com o tétum, uma língua local que sirva como língua integradora do território e possa funcionar como língua nacional.

Para a situação africana, convocamos as palavras de cidadãos anónimos moçambicanos, recolhidas por Firmino (2001: 240). Nessas palavras, o uso do português parece corresponder à assunção, por parte das populações urbanas, de um desejo de nação e de unidade nacional. Passamos a citar:

“[Ao usar o português] não me sinto mais ou menos moçambicano, porque é a língua oficial e, se não o falássemos, este nosso país estaria em desordem, com uma diversidade de línguas”.

“Quando falo português sinto que estou a usar a vantagem de um instrumento que é estrategicamente viável para mais expansão e inserção nas várias comunidades linguísticas existentes no nosso país. Apesar do facto de que alguns diriam que é um elemento de alienação cultural, a

influência que as línguas africanas exercem ou exerceram sobre o Português permitem-me dizer com alguma plausibilidade que efectivamente não há espaço para tal alienação, porque o Português pode também ser já uma língua africana”.

Considerações finais

É o contexto de uso de uma língua que nos diz o papel que ela desempenha numa determinada comunidade, uma vez que, na medida em que a língua se refere às atividades sociais, ela é, também, uma prática social. Assim, tendo em vista o universo da lusofonia, parece ingênua a adoção de uma posição de senhor da língua portuguesa. Em Timor-Leste, como em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal ou São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa conhece e constrói a sua própria história – e, por isso, está muito longe de poder ser tratada como um idioma uniforme. Devemos encarar o desafio da Língua Portuguesa nesta perspectiva, com a certeza de que, seja em que contexto lusófono for, estaremos diante de mais uma variedade do português. A nossa tarefa será então a de procurar descrever a língua portuguesa nos seus contextos específicos e entender as idiosincrasias que a caracterizam, respeitando-lhe as experiências particulares, os valores diferentes, a especificidade cultural e a sua peculiar visão do mundo. Em cada variedade do português exprime-se uma comunidade que, se por um lado constrói e define a sua própria identidade, por outro lado é parte do imenso mosaico, que constitui o sistema linguístico português.

Bibliografia

Breyner, S. de M. (2000) In: **Gageiro, E.** – *Timor – no amanhecer da esperança*. Lisboa, Missão Humanitária Portuguesa em Timor Leste.

Carrascalão, João (2000) “Painel sobre a Lusofonia” – VIII Fórum da AICEP. www.aiecep.pt/versao_texto/noti_indi_2000-06_02.html [cap. 25/06/2001].

Couto, Jorge (2000) “A comunidade dos países de língua portuguesa”. *Câmara nos 500 anos: Idioma e Soberania*. In: www.camara.gov.br/internet/camara500/seminarios/Id_JCouto_P1.htm [cap. em 20/12/01].

Dias, L. (1996) *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas, Pontes.

Firmino, Gregório (2002) *A questão lingüística na África pós-Colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo, Promédia.

Forganes, Rosely (2002) *Queimado queimado, mas agora nosso! Timor: das cinzas à liberdade*. São Paulo, Laborial Editorial.

Goffman, Erving (1989) *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.

Guimarães, Eduardo et ORLANDI, Eni (1996) “Identidade lingüística”. In: E. Guimarães & E. Orlandi (orgs.) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, Pontes. pp.9-15.

Hall, S. (1990) “Cultural identity and diaspora”. In: Rutherford, J.” *Identity: community, culture, difference*. London, Lawrence & Wishart.

Henriques, Mendo Castro (2000) “Os três segredos da lusofonia”. In: *Euronoticias*. 21 de julho. (www.terrvista.pt/PortoSanto/1139/euro%2021%de%julho%lusofonia—cap. 13/06/2002).

Hull, Geoffrey (2001) – *Timór-Lorosa’e - Identidade, Lian no Polítika Edukasionál (Timor-Leste - Identidade, Língua e Política Educacional)*. Lisboa, Instituto Camões.

Lavandera, B. (1984) *Variación y significado*. Buenos Aires, Hachette.

Lopes, Armando Jorge (1997) *Language policy: principles and problems*. Maputo, Livraria Universitária (Universidade Eduardo Mondlane).

Lopes, Armando Jorge (2002) “Em direção ao primeiro léxico de usos do português moçambicano”. In: *Veredas 3 – II*. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas. Porto. Fundação Eng. António de Almeida.

Lourenço, Eduardo (1999) *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem na lusofonia*. Lisboa, Gradiva.

Orlandi, Eni Puccineli (org) (1993) *O discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes.

Orlandi, Eni Puccineli (1990) *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo / Campinas; Cortez / Ed. Unicamp.

Thomaz, Luís Filipe (2002) *Babel Loro Sa’e. O problema lingüístico de Timor-Leste*. Lisboa, Instituto Camões.

¹ A presente comunicação é parte da pesquisa de pós-doutoramento sobre as relações entre língua e identidade no universo da lusofonia, realizada por Regina Helena Brito, sob a orientação de Moisés de Lemos Martins.

² Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, Brasil).

³ Universidade do Minho (Braga, Portugal).

⁴ Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm [p. cap. em 03/08/02].

⁵ O lingüista australiano Geoffrey Hull é um dos maiores especialistas em tétum e línguas nativas do Timor, além de árduo defensor da oficialização da língua portuguesa em Timor-Leste.

⁶ Jornal Digital – Notícias dos Países de Língua Portuguesa (www.jornaldigital.com) – [p. capt. 16/04/2001].

⁷ Escrevendo as páginas do futuro. Relatório de quatro anos de atividade. Programa Alfabetização Solidária. Jan/1997 – dez/2000. DF, p. 40.

⁸ Cabe aqui um registro. Em visita à escola primária de Ainaro, mantida pela Igreja Católica, encontramos 4 salas, com uma média de 40 alunos por classe, com faixa etária variando entre 4 e 10 anos, num espaço físico quase nunca superior a 6m². As crianças recebem noções de Língua Portuguesa, utilizando material enviado por Portugal. O acesso às salas dos alunos maiores de 10 anos não foi possível no momento. Contudo,

pudemos conversar com alguns desses alunos e apurámos que freqüentam aulas de língua portuguesa, tétum, bahasa indonésia e inglês. A bahasa indonésia, língua na qual foram alfabetizados, é utilizada como língua-instrumento para o ensino sistematizado do tétum e para a chamada “reintrodução” ou “revitalização” do português. Procura-se falar o inglês por toda a parte, por indivíduos de diferentes faixas etárias, mas em especial pelos jovens, seduzidos pela presença maciça dos estrangeiros, detentores de alto poder aquisitivo e símbolos de melhor condição de vida.

⁹ A descrição apresentada leva em conta falantes do português com idade superior aos 35 anos e é resultado parcial de análises que rea-

lizámos como lingüista do “Alfabetização Comunitária em Timor-Leste” (Projeto brasileiro conhecido como “Alfabetização Solidária”). Tal participação levou-nos a um levantamento bibliográfico e possibilitou-nos a realização de pesquisa *in loco* (Junho/2001 – seleção de alfabetizadores e Agosto/2001 – curso de capacitação). Gravámos entrevistas com candidatos a alfabetizadores e com a população em geral (de diferentes faixas etárias, profissões e sexo). Analisámos, ainda, textos produzidos pelos candidatos, no processo seletivo, e durante a capacitação, pelos alfabetizadores, além de outros elementos coletados (letras de músicas, receitas culinárias, jornais, anúncios publicitários, fotos com inscrições e cartazes).